



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO
4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DOS RECURSOS
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
12. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL:

ANEXOS

ANEXO I – Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos

ANEXO II – Termo de Referência

ANEXO III – Minuta de Contrato

MODELOS

MODELO 1 – Proposta de Preços

MODELO 2 – Declaração Unificada

MODELO 3 – Declaração de Microempresa

1 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

PREÂMBULO	
A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS por meio da SUPERINTENDÊNCIA DA CENTRAL DE LICITAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação em tela na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos deste Edital e seus anexos. Este pregão será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio designados pela Portaria 81/2026/SES/GASEC, de 9 de fevereiro de 2026, expedida pelo Secretário de Estado da Saúde. O presente edital foi submetido a análise jurídica da Superintendência de Assuntos Jurídicos da Secretaria de Estado da Saúde e da Procuradoria Geral do Estado., expedida pelo Secretário de Estado da Saúde.	
Processo: 2025.30550.008618	Tipo de licitação: Menor Preço
Data da abertura: 21/05/2026	Hora da abertura: 08h30min (Horário de Brasília)
Pregão Eletrônico Nº: 90043/2026	
Retirada do Edital (portal/SISTEMA): www.saude.to.gov.br / www.comprasgovernamentais.gov.br	
Local da sessão: www.comprasgovernamentais.gov.br	
Registro de Preços: () SIM (X) NÃO	
SETORES RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO	
Superintendência de Vigilância em Saúde / Diretoria de Gestão e Informação de Vigilância em Saúde Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis / Gerência de Imunização	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Ação/PPA/Orçamento: 4534- Coordenação das ações e serviços de Vigilância em Saúde Classificação Orçamentária: 30.550.10.305.1165.4534 Programa PPA: 1165 – TO Cuidando da Saúde Natureza de despesa: 44.90.39 Fonte de Recurso: 600.0000.251.2369	
O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances, conforme artigo 24 da Lei Federal Nº 14.133/21, consoante justificativa constante no Termo de Referência.	
SERÁ ADOTADO PARA O ENVIO DE LANCES O MODO DE DISPUTA “ABERTO”.	
LEGISLAÇÃO APLICADA	
Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública; Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014; Decreto Estadual nº. 6.606, de 28/03/2023: Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Tocantins, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências; Demais legislações aplicáveis ao caso.	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS	
UASG: 925958	Pregoeiro: Thiago Borges Silva
Telefone: (063) 3027- 4361 /4362/4363/4364 Whatsapp: (63) 99966-1349 E - mail: cpl.saudeto@gmail.com	
Endereço: Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007	
Horário de Atendimento: 08h:00min às 12h:00min – 14h:00min às 18h:00min	

2 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com reposição de peças, destinada à Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) e ao Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína, bem como das geladeiras da copa/cozinha da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS).**

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no SISTEMA e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3. Para fins deste Edital, **serviço(s)**, leia-se: **SERVIÇO**.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o Sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, onde para ter acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI.

2.2. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do SISTEMA ou a SES/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. Poderão participar deste Pregão empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

2.4. Poderão participar deste Pregão empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

2.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

2.6. Não poderão participar deste Pregão:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.6.3. Empresa que seu ato de constituição e as respectivas alterações (estatuto, contrato social ou outro) não incluam o objeto deste Pregão;

2.6.4. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, concordata;

2.6.5. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.6.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.7. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.8. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.9. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Art. 320, §3º do Decreto Nº 6.606, de 28 de março de 2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

2.6.10. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

3 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

2.6.11. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal Nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

2.6.12. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.13. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.14. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.15. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.6.18. O impedimento de que trata o item 2.5.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.19. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.6 e 2.5.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.20. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.21. O disposto nos itens 2.5.6 e 2.5.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.6.22. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.6.23. A vedação de que trata o item 2.5.15 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. Os benefícios previstos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 4º da Lei 14.133/2021), não se aplicam quando o valor estimado do item for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme previsto no § 1º, inciso I, art. 4º da Lei 14.133/2021.

2.8. A obtenção de benefícios referentes à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da

4 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

sessão pública, via internet.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao SISTEMA Eletrônico, no portal eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do SISTEMA para imediato bloqueio de acesso.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

4.1. Da impugnação:

4.1.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição enviada para o e-mail: cpl.saudeto@gmail.com. A licitante deverá confirmar recebimento do e-mail por meio do telefone (63) 3027-4361.

4.1.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** (contados da data de recebimento da impugnação), **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. Caso contrário, poderá abrir ou suspender a sessão, na forma da lei, antes do julgamento do mérito, se for o caso.

4.1.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.1.4. A apresentação de impugnações ao Edital, sem a fundamentação legal e/ou técnica aplicável ao objeto questionado, de intuito protelatório, ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo levá-lo à inidoneidade.

4.2. Do pedido de esclarecimentos:

4.2.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá pedir esclarecimento quanto ao ato convocatório deste Pregão mediante petição enviada para o e-mail: cpl.saudeto@gmail.com. A licitante deverá confirmar recebimento do e-mail por meio do telefone (63) 3027-4361.

4.2.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre o pedido de esclarecimento no prazo de **até 3 (três) dias úteis** (contados da data de recebimento do pedido de esclarecimento), **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

4.3.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no e-mail indicado pela Licitante e serão disponibilizadas no portal eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ficando acessível a todas as demais Licitantes para obtenção das informações prestadas pelo (a) Pregoeiro(a), e vincularão os participantes e a administração.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que **(caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, as declarações deverão ser enviadas ao pregoeiro, de acordo com os modelos 2 e 3):**

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui (em) empregado (s) executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.6. Não existem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.3 a 5.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (**caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a proposta deverá ser enviada ao pregoeiro, de acordo com o modelo 1**):

6.1.1. Valor global anual do lote (**observado o preço de referência**) e valor anual do item que compõe o lote;

6.1.2. Quantidade cotada.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

7 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8.

6.9. Quanto à elaboração da proposta de preços, deve ser observado ainda que:

6.9.1. Solicitação de trocas de produto(s) requerido pela vencedora, somente será(ão) aceito(s) por motivo(s) devidamente justificado(s), mediante manifestação da área técnica;

6.9.2. O registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA fornecido na proposta de preços será consultado "online" pela SES-TO, porém estando o registro vencido, a licitante será convocada em um prazo de 24 horas para apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei Nº. 6.360/76, de 23 de setembro/76:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm#:~:text=L6360&text=LEI%20No%206.360%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria,Produtos%2C%20e%20d%C3%A1%20Outras%20Provid%C3%A2ncias.] Caso seja aplicável;

6.9.2.1. A não apresentação do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item;

6.9.2.2. Caso o produto seja isento de registro, deve ser informado na proposta de preços no campo Nº. do Registro na ANVISA a norma que o isenta de Registro.

6.9.3. Proposta com especificações detalhadas de cada item do objeto proposto, contendo toda a especificação e informações que facilitem sua identificação, além de bula e/ou catálogo, contendo toda a especificação técnica, nome do fabricante, procedência do material e marca.

6.10. Nos casos em que os produtos descritos no Anexo I do Edital tenham necessidade do Certificado de Aprovação-CA, os fornecedores devem apresentar, juntamente com a proposta, número válido do Certificado de Aprovação-CA dos respectivos equipamentos, nos termos da Norma Reguladora vigente. Será consultado "online" no sítio do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS na internet no link: <http://caepi.mte.gov.br/internet/ConsultaCAInternet.aspx>. Caso não apresente número válido do Certificado de Aprovação – CA, automaticamente será desclassificado.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de pelo menos R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto Estadual Nº 6.606/2023;

7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, de acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, bem como as ações estabelecida no art. 56 do Decreto Federal nº 11.129/22.

7.18.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;

7.18.2.2. empresas brasileiras;

7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.18.3. As regras no item 7.18.1 não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.18.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 7.18.1.

7.18.5. Os critérios estabelecidos nos subitens 7.18.1.2, 7.18.1.3 e 7.18.1.4 do item 7.18.1 somente serão aplicadas, quando houver regulamentação estadual ou federal sobre o tema.

7.18.6. Caso a regra prevista no item 7.18.1 deste Edital não solucione o empate, a classificação se fará, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

7.18.7. O sorteio será realizado em local, data e horário previamente divulgados, respeitando o princípio da publicidade e a igualdade entre as partes.

7.18.8. Os representantes das licitantes serão convidados a participar do sorteio, podendo acompanhar todo o procedimento.

7.18.9. Será realizada a gravação do sorteio e disponibilizada para quem desejar acessá-la posteriormente.

7.18.10. A ata do sorteio será lavrada e assinada pelos presentes, registrando os detalhes do procedimento e o resultado final.

7.18.11. O resultado do sorteio será considerado como critério definitivo para desempate entre as propostas, determinando a licitante vencedora.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

7.19.5.1 A proposta readequada deverá ser apresentada de forma detalhada com os valores mensal e anual de cada item do lote.

7.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.6**, **2.7**, **2.7.1** e 5.5 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 98 a 136 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. não encaminhar a proposta readequada ao preço final, conforme o item 7.19.5 deste Edital, permanecendo inerte no decurso do prazo estipulado;

8.6.7. não atender à convocação para sanear vícios formais para adequação às exigências do edital, permanecendo inerte no decurso do prazo estipulado;

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8.1. Caso seja verificada a possibilidade de haver preço inexequível com propostas inferiores a 50% do orçado pela SES/TO, será solicitada ao distribuidor que apresente carta de comprometimento de preço por parte da fabricante, ou declaração da fabricante declarando que o preço ofertado pelo distribuidor é factível. Podendo ainda a empresa ser diligenciada a apresentar outros documentos para comprovar a exequibilidade dos preços ofertados;

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

9.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1.1. Cópia de 01 (um) atestado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou ou está prestando de maneira satisfatória fornecimento/serviço semelhante aos que formam o objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 67, Item II, da Lei de Licitações Nº 14.133/2021;

a) Considerando o objeto da contratação, a Administração Pública decidiu que a exigência de Atestado de Capacidade Técnica visa demonstrar que a empresa licitante já executou, previamente, objeto compatível em características e quantidades com aquele definido a ser contratado por meio da licitação. A finalidade é clara: resguardar o interesse da Administração Pública buscando a perfeita execução do objeto da licitação. Esse atestado faz parte do documento que qualificam a empresa tecnicamente e servem para comprovar para o órgão público que a empresa contratada realmente tem experiência e perícia;

9.1.2. Proposta contendo especificações detalhadas de cada item do objeto proposto, com toda a especificação, tipos, qualidade e informações que facilitem sua identificação;

9.1.3. Termo de Compromisso contendo as informações a seguir:

A empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº _____, localizada no endereço _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) portador do RG Nº _____ e CPF/MF _____

12 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

Nº participante do Pregão Eletrônico em epígrafe, vem à presença da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, firmar o presente compromisso, conforme segue:

A empresa tem ciência de que os produtos em desacordo com o Edital não serão aceitos pela SES/TO, e que será responsabilizada por quaisquer danos que causar à Contratante ou a terceiros, inclusive desabastecimento das Unidades de Saúde mantidas e Administradas pela Secretaria de Saúde, decorrente do descumprimento das regras do Ato Convocatório, e que este fato será levado ao conhecimento dos Ministérios Público Estadual e Federal para as providências devidas.

9.2 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 116, de 21 de dezembro de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

9.2.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

b) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

c) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

9.2.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação;

9.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Nº 14.133/2021, art. 65, §1º);

9.2.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Nº 14.133/2021, art. 69, §6º);

9.2.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.2.8. O licitante enquadrado como **Microempreendedor Individual (MEI)** deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem sua capacidade econômico-financeira

9.2.9 Com essas exigências, a análise permite compreender se uma determinada empresa possui o potencial necessário para concluir a aquisição acordada. Isso inclui avaliar sua capacidade de cumprir com seus compromissos financeiros de curto prazo, garantindo que disponha dos recursos necessários para honrar suas obrigações. Essa verificação é essencial para assegurar a solidez financeira da Contratada, minimizando riscos e garantindo o cumprimento integral dos termos estabelecidos no Contrato.

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>];

c) **Sociedade empresária:** Sociedade Limitada Unipessoal – SLU inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal

13 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME N.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei N.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta Nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943 [<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>].

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (*Estadual/Distrital*) ou (*Municipal/Distrital*) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

f) Prova de regularidade com a Fazenda (*Estadual/Distrital*) ou (*Municipal/Distrital*) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (*Estadual/Distrital*) ou (*Municipal/Distrital*) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

i) Assim como as exigências de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, a empresa deve também comprovar que cumpre a exigência social de reserva de cargos para: pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e para aprendiz, conforme declaração unificada, anexo do Edital.

9.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

14 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.13.1. **Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).**

9.13.2 **O licitante que permanecer inerte, não atendendo à convocação do Pregoeiro no prazo estabelecido, será inabilitado, sem prejuízo de aplicação das penalidades e sanções previstas neste Edital.**

9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.

9.18. O pregoeiro poderá, a seu critério e devidamente fundamentado, realizar diligências destinadas à complementação de informações ou à juntada de documentação pré-existente, com o objetivo de esclarecer dúvidas ou sanar irregularidades formais que não alterem a substância da proposta ou comprometam a competitividade do certame. Essas diligências deverão ser registradas em ata e garantir a observância dos princípios da isonomia, publicidade e eficiência. É vedada a inclusão de novos documentos que modifiquem as condições inicialmente apresentadas pelo licitante.

9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.15.1**.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. O licitante que manifestar intenção de recurso, e posteriormente desistir de apresentar a peça recursal, DEVERÁ DECLINAR diretamente no sistema, sob pena de ser considerado de intuito protelatório, e ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo leva-lo à inidoneidade.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto deste Pregão será adjudicado a Licitante vencedora.

11.2. Compete ao Secretário de Estado da Saúde/TO a adjudicação do objeto e homologação deste Pregão.

12. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

12.1 A vigência contratual será de acordo com o constante no Termo de Referência.

12.2 A vigência observará, ainda, as disposições do art. 107 da mesma Lei, de modo que o contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que haja previsão no Plano Plurianual (PPA) e disponibilidade orçamentária, conforme estabelecido no caput do art. 105.

16 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

12.3. O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

12.2. Homologado o Pregão, a Licitante será convocada de acordo com a necessidade da Administração para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a(s) Nota(s) de Empenho(s) ou assinar o contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

12.3. Quando a empresa adjudicatária, após convocada, recusar-se a retirar a “Nota de Empenho”, não apresentar situação fiscal regular, não assinar o contrato, negar ou retardar a entrega do(s) produto(s) objeto deste Pregão, a SES/TO convocará formalmente as Licitantes remanescentes na ordem de classificação do certame para contratar com a Administração.

12.4. Cometendo a adjudicatária uma das situações previstas acima, sem motivo justo e não acatado pela SES/TO, ficará caracterizado descumprimento total da obrigação assumida, estando à empresa sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.5. A sujeição à penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às Licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação nos mesmos termos propostos a primeira adjudicatária.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4, 13.1.5, 13.1.7 e 13.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 134, § 4º do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Ao Secretário da Saúde compete anular este Pregão de ofício, por ilegalidade, ou por provocação de qualquer pessoa, e cancelá-lo ou revogá-lo todo ou em parte, por considerá-lo inoportuno, inconsistente ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

14.2. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência de revogação ou anulação do

18 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

procedimento licitatório, ressalvado o direito a ampla defesa e o contraditório.

14.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

14.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

14.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela

ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

14.7. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

14.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão às últimas, exceto em caso de normas editadas pelo Governo do Estado e Federal.

14.9. Não serão aceitos documentos com a vigência vencida, exceto se, e nos casos que o Edital permitir;

14.10. A participação neste Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos, leis e normas aplicáveis;

14.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SES/TO, sem prejuízo do disposto no artigo 55 da Lei nº 14.133/2021.

14.12. Este Edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições.

14.13. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, salvo nos casos expressamente permitidos.

14.14. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início inclui-se o último.

14.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saude.to.gov.br.

15. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

15.1. Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

15.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

Palmas, capital do estado, aos 30 dias do mês de abril de 2026.

Assinatura digital

JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA

Superintendente da Central de Licitação

19 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

ANEXO I

Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos

01. Do critério de julgamento:

- a) Será vencedora a Licitante que atender as exigências do Edital e apresentar o **menor valor por item**;
b) A proposta deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula;
c) O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances.

02. Da Relação/Descrição dos produtos:

Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com reposição de peças, destinada à Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) e ao Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína, bem como das geladeiras da copa/cozinha da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS).			
LOTE 1			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com reposição de peças destinada à Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) – Palmas/TO, e às geladeiras do anexo I da SES/TO.			
ITEM	QTD. DE EQUIPAMENTOS	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO
1	2	Câmara Refrigerada Marca Biotechno Modelo: BT 1100/TOP Bivolt RMS Capacidade de 1100 litros Patrimônio: 391672, 391673	CEADI
2	3	Freezer Marca Reubly Modelo CHDA-41 BR Capacidade de 415 litros Patrimônio: 422468, 422466, 422467.	CEADI
3	1	Freezer Marca Metalfrio Capacidade de 415 litros Patrimônio: 422465	CEADI
4	2	Ultrafreezer Marca Thermoscientific Capacidade de 800 litros Modelo: RDE40086LD Aguardando patrimonializar.	CEADI

20 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

5	1	Ultrafreezer Marca Labinfarma Capacidade de 800 litros Modelo: LIF640.800 Patrimônio: 674928	CEADI
6	2	Câmara Refrigerada Marca Labinfarma Capacidade de 1700 litros Modelo: LIF610.1700 Patrimônio: 674926 e 674927	CEADI
7	4	Freezer Marca Consul Capacidade de 534 litros Modelo CHB53EBBNA Patrimônio: 674665, 674663, 674666, 674664	CEADI
8	2	Geladeira Marca: Eletrolux • Capacidade de 280 litros Modelo: DFN41 • Patrimônio: 452224 e 452225	SES/TO - Anexo I
LOTE 2			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com reposição de peças destinada ao Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína/TO.			
ITEM	QTD. DE EQUIPAMENTOS	PRODUTO	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO
1	1	Câmara refrigerada Marca Elber Capacidade de 280 litros Patrimônio: 508139	Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína/TO
2	5	Câmara refrigerada Marca NOVA Capacidade de 450 litros Patrimônio: 508134, 508136, 508137, 508138.	
3	1	Câmara refrigerada Marca Labinfarma Capacidade de 1700 litros Modelo LIF610.1700 Patrimônio: 674932	

21 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

4	1	Ultrafreezer Marca Labinfarma Capacidade de 800 litros Modelo LIF640.800 Patrimônio: 674933	
5	3	Geladeira Marca <i>CONSUL</i> Capacidade de 382 litros Patrimônio: 402243, 402278, 402242	
6	6	Geladeira Marca <i>BOCH</i> Capacidade de 280 litros Patrimônio: 270458, 270460, 270452, 270455, 270456, 270451	
7	1	Refrigerador industrial quatro portas Marca METALFRIO Capacidade de 500 litros Patrimônio: 310483	
8	1	Freezer Marca <i>REUBLY</i> Capacidade de 410 litros Patrimônio: 415223, 415222	
9	1	Freezer Marca METALFRIO Capacidade de 410 litros Patrimônio: 415222	

22 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2025/SES/SVPPS/DGVS/GGVS

SOLICITANTE (S)	
Superintendência de Vigilância em Saúde Diretoria de Gestão e Informação de Vigilância em Saúde Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis / Gerência de Imunização	Telefone: (63) 3027-4459/4418
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Ação/PPA/Orçamento: 4534- Coordenação das ações e serviços de Vigilância em Saúde Classificação Orçamentária: 30.550.10.305.1165.4534 Programa PPA: 1165 – TO Cuidando da Saúde Natureza de despesa: 33.90.39 Fonte de Recurso: 600.0000.251.2369 ATA de Registro de Preços: () sim (x) não	

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com reposição de peças, destinada à Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) e ao Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína, bem como das geladeiras da copa/cozinha da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS).

1.1 Os serviços pretendidos enquadram-se como serviços comuns, conforme definição da Lei Nº 14.133/2021, que considera como tais “bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado”. A classificação NATUREZA COMUM fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar – ETP;

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Nº 6.548, de 13 de dezembro de 2022 que dispõe sobre a classificação de bens de consumo de qualidade comum e de luxo no âmbito estadual;

1.3. Esta contratação será regida pela Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentada pelo Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A PRESENTE CONTRATAÇÃO TEM COMO OBJETIVO:

A presente contratação tem como objetivo garantir a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com fornecimento de peças, atendendo à Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI), ao Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína e às geladeiras da copa/cozinha da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS), assegurando o adequado funcionamento dos equipamentos de refrigeração.

2.2. A NECESSIDADE DA REFERIDA CONTRATAÇÃO DEVE-SE A:

A contratação é necessária para possibilitar o atendimento periódico e sempre que demandado dos serviços de manutenção, assegurando o funcionamento adequado dos equipamentos de refrigeração e, consequentemente, a qualidade das vacinas e imunobiológicos que necessitam de tais condições para armazenamento e conservação.

A Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins – SES/TO não dispõe em seu quadro de servidores de pessoal específico para execução rotineira desses serviços, tampouco de estrutura adequada, como treinamento especializado, ferramentas, acessórios e instrumentos de medição. Nesse contexto, a contratação de empresa terceirizada, com fornecimento das peças a serem substituídas, configura-se como a alternativa mais eficiente e eficaz, garantindo a continuidade dos serviços, a preservação do patrimônio público e o atendimento das necessidades finalísticas da saúde.

23 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

Quando ocorre algum defeito nos equipamentos de refrigeração, é imprescindível que seja realizada manutenção corretiva imediata, sob pena de perda ou diminuição da qualidade na preservação dos imunobiológicos, o que comprometeria diretamente as ações de imunização. O fornecimento de peças pela contratada é igualmente indispensável, em razão da inexistência dessas peças em estoque e da urgência na reposição, considerando que tais componentes estão sujeitos a falhas decorrentes do uso constante e do desgaste natural.

Além disso, a contratação garantirá não apenas a execução tempestiva dos serviços de manutenção, como também contribuirá para prevenir o desgaste antecipado dos equipamentos, orientar os funcionários quanto ao uso correto e evitar paralisações indesejadas que poderiam impactar diretamente o atendimento à população. O serviço de manutenção preventiva deverá ser realizado em periodicidade adequada a ser definida no contrato, enquanto a manutenção corretiva será executada sempre que necessária. Em situações excepcionais que demandem a retirada do equipamento do local de instalação, esta deverá ocorrer com acompanhamento da Guia de Movimentação Patrimonial (GMPB), permanecendo sob a responsabilidade da empresa contratada, a qual deverá fornecer todos os aparelhos e ferramentas necessários para a realização dos serviços.

Portanto, a presente contratação contribuirá para assegurar a qualidade e a segurança das vacinas e imunobiológicos armazenados, reduzindo riscos de perdas financeiras e de saúde pública decorrentes da deterioração de insumos, além de manter a eficiência da rede de frio estadual em conformidade com as orientações do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Também permitirá promover economicidade e eficiência administrativa, ao adotar solução especializada em substituição à manutenção interna, inviável pela carência de recursos humanos e técnicos, bem como garantir a continuidade dos serviços essenciais, prevenindo paralisações que poderiam afetar diretamente a população.

Em se tratando das geladeiras localizadas na copa/cozinha da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS), Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, são utilizadas de forma contínua pelos servidores da unidade. Trata-se de um equipamento essencial para a conservação adequada de alimentos, bebidas e insumos de uso diário. Seu funcionamento garante o bem-estar dos trabalhadores, oferecendo condições mínimas de conforto no ambiente de trabalho, em conformidade com as normas de saúde ocupacional.

Com o passar do tempo, o uso constante equipamentos pode ocasionar desgastes mecânicos e elétricos, que comprometem seu funcionamento. A ausência de manutenção preventiva ou corretiva pode resultar em falhas, desperdício de insumos e até necessidade de substituição prematura do equipamento, gerando maiores custos para a administração pública.

2.3. O QUANTITATIVO DA REFERIDA CONTRATAÇÃO TEM A JUSTIFICATIVA:

O quantitativo considerado tem como base o levantamento patrimonial e funcional realizado pelo setor responsável, no qual foram identificados os equipamentos em uso nas diversas unidades administrativas e operacionais da instituição.

Atualmente, a Rede de Frio Estadual é composta pelos equipamentos descritos nas tabelas a seguir, abrangendo as unidades de Palmas e Araguaína, responsáveis pelo armazenamento, conservação e distribuição de imunobiológicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O levantamento contempla todos os equipamentos em operação nas unidades mencionadas, considerando a necessidade de continuidade dos serviços essenciais e a preservação dos insumos estratégicos, como vacinas e medicamentos, de acordo com o atual catálogo do PNI.

Adicionalmente, foram incluídas as geladeiras localizadas na copa/cozinha do Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS), utilizadas de forma contínua pelos servidores da unidade. Esses equipamentos são essenciais para a conservação de alimentos e insumos de uso diário, garantindo condições adequadas de trabalho e saúde ocupacional. A inclusão dessas geladeiras na manutenção preventiva e corretiva visa assegurar o pleno funcionamento, evitar falhas decorrentes do uso contínuo e prolongar sua vida útil, promovendo economicidade e eficiência na gestão patrimonial da SES/TO.

A definição do quantitativo justifica-se, portanto, pela abrangência geográfica do atendimento, que inclui todas as unidades do órgão, bem como pela necessidade de garantir resposta rápida em casos de falha (manutenção corretiva) e cumprimento periódico do plano de manutenção preventiva, assegurando a eficiência energética, o prolongamento da vida útil dos equipamentos e a redução de custos com reposição.

24 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

A presente demanda tem como referência as contratações anteriores realizadas para o mesmo objeto, considerando o caráter continuado do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de refrigeração pertencentes à Rede de Frio Estadual.

Atualmente, existe contrato vigente para execução dos serviços, celebrado por meio do Processo Administrativo Nº 2019/30550/003331, com vigência até novembro de 2026. Esse contrato atende à manutenção das câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras instalados nas unidades do CEADI e do Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína/TO, assegurando a conservação adequada dos imunobiológicos armazenados.

Entretanto, novos equipamentos foram recentemente adquiridos e incorporados ao patrimônio da Rede de Frio, ampliando o número de unidades que necessitam de manutenção periódica. Além disso, foram incluídas neste novo processo as geladeiras da copa/cozinha do Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS), utilizadas continuamente pelos servidores e essenciais para a conservação de alimentos e insumos de uso diário.

Dessa forma, os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar refletem o levantamento patrimonial atualizado, contemplando tanto os equipamentos anteriormente contratados quanto os novos bens recentemente adquiridos, garantindo a continuidade e ampliação dos serviços essenciais prestados à Rede de Frio Estadual.

A nova contratação tem, portanto, o objetivo de assegurar a manutenção integral de todos os equipamentos atualmente em operação, reforçando os princípios do planejamento, economicidade e continuidade do serviço público, em conformidade com o art. 6º, inciso LV, e art. 11 da Lei Nº 14.133/2021.

2.4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL ALINHADO AO PLANO ESTRATÉGICO:

A presente aquisição consta no Plano Anual de Contratações da SES/TO (Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins), sendo Protocolada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP sob o Nº: 25053117000164-0-000001/2025 e tem adequação orçamentária estando alinhada ao Plano Plurianual – PPA (2024-2027), enquadrando-se ao descritivo do Programa, Ação e Objetivo no PPA, conforme descrito abaixo:

PROGRAMA	1165 - TO Cuidando da Saúde
AÇÃO	4534- Coordenação das ações e serviços de Vigilância em Saúde
OBJETIVO	Fortalecer o sistema estadual de vigilância em saúde no estado do Tocantins.

3. DOS PRODUTOS**3.1. DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:**

3.1.1 Os produtos a serem adquiridos possuem especificação técnica conforme anexo I do edital.

- A forma de adjudicação de "item" para "lote" fundamenta-se no princípio da padronização e da viabilidade da gestão contratual, conforme previsto no art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei Nº 14.133/2021. O agrupamento dos serviços de manutenção em lotes geográficos (Lote 1 - Palmas e Lote 2 - Araguaína) é a solução que melhor atende ao interesse público.
- O agrupamento permite que uma única empresa otimize sua logística de deslocamento de técnicos e transporte de peças para todos os equipamentos de uma mesma localidade. Isso reduz os custos indiretos que seriam replicados caso houvesse múltiplas empresas para diferentes itens no mesmo local.
- Ao concentrar a manutenção de todos os equipamentos de uma unidade (como o CEADI ou o Polo de Araguaína) em uma única contratada, evita-se o conflito de responsabilidades técnicas entre diferentes prestadores de serviço sobre a rede elétrica ou sistemas compartilhados.
- A manutenção de equipamentos que armazenam imunobiológicos exige resposta imediata para evitar a perda de insumos críticos. Ter um único interlocutor por lote facilita a comunicação e o cumprimento dos prazos de atendimento, assegurando a continuidade do serviço público.
- O agrupamento simplifica a gestão do contrato pela SES/TO, reduzindo a carga administrativa de fiscalizar diversos contratos para o mesmo objeto na mesma unidade administrativa.

25 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.1.2. Dos locais da realização dos serviços e quantitativos de aparelhos:

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados nos locais de instalação dos equipamentos, conforme os endereços a seguir:

a) **CEADI – Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos**

Quadra 601 Sul, Avenida LO 15, Conjunto 02, Lote 01 – Palmas/TO CEP: 77.016-336

b) **Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO Anexo I / Superintendência de Vigilância em Saúde(SVS)**

Edifício Lauro Knopp – Quadra 104 Norte, Avenida LO 2, nº 125, Lote 30 – Plano Diretor Norte–Palmas/TO.

CEP: 77.006-022

c) **Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína/TO**

Avenida Espanha, Lote 01, Quadra 139/140 – Jardim dos Ipês III – Araguaína/TO CEP: 77.828-548

3.1.3 O serviço de manutenção preventiva e corretiva deverá contemplar a reposição de peças quando se fizerem necessárias, deverá haver ainda verificações, limpezas e intervenções técnicas operacionais. A contratação dos serviços, com reposição peças deverá ser de vigência anual prorrogável por igual período, devido à necessidade de se efetuar as manutenções periodicamente sem interrupções nos cronogramas, garantindo-se com isso a estabilidade e segurança de funcionamento dos objetos desse Termo de Referência.

3.2 DA MANUTENÇÃO:

3.2.1 O serviço de **manutenção preventiva** deverá ser realizado mensalmente e a **manutenção corretiva** deverá ser realizada sempre que se fizer necessário. Somente em caso de excepcional necessidade poderá ser retirado o equipamento para fora do prédio onde o mesmo se encontra instalado e deverá ser acompanhado da Guia de Movimentação Patrimonial (GMPB), mantendo sob sua responsabilidade o equipamento retirado. A empresa prestadora dos serviços deverá fornecer aparelhos e ferramentas necessárias para a manutenção preventiva e corretiva.

3.2.2 Toda e qualquer intervenção no equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA. Nos casos de manutenção corretiva deverão ocorrer mediante Ordem de Serviço – OS, expedida pela CONTRATANTE; nos casos de manutenção preventiva em obediência ao cronograma apresentado pela CONTRADA, e aprovado pela CONTRATANTE.

3.2.3 Para a execução do objeto deste Pedido de Compra considera-se:

3.2.3.1 **Manutenção Preventiva:** manutenção planejada que previne a ocorrência corretiva. Os programas mais constantes da manutenção preventiva são: reparos, lubrificação e ajustes. O denominador comum para todos estes programas de manutenção preventiva é a verificação periódica do funcionamento dos equipamentos, antecipando eventuais problemas que possam causar gastos maiores como a manutenção corretiva.

3.2.3.2 **Manutenção Corretiva:** manutenção que poderá ocorrer em função de falhas e/ou erros que o equipamento venha a apresentar nas suas funções inesperadamente. O equipamento poderá sofrer paralisação programada ou não programada, devendo as providências para o restabelecimento e recolocação em operação, serem tomadas pela CONTRATADA no menor tempo possível, de forma segura, econômica e confiável.

3.2.4 A manutenção corretiva incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

a) **Intervenções e manutenções:** quando o equipamento apresentar falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções/consertos para colocá-lo em funcionamento novamente, com substituição de peças, partes e acessórios se for o caso.

b) **Substituição de partes, peças e acessórios:** usar somente partes, peças e acessórios originais (sempre dentro das especificações do fabricante), fazendo sua substituição (após o autorizo da Gerência responsável) sempre que apresentarem defeito. Comprovada a não existência de peças originais no mercado, a empresa poderá substituir por peças similares, devendo as mesmas ser novas e sem uso, desde que não venha comprometer o funcionamento do aparelho.

3.3 DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.3.1 Serão consideradas como parte integrante do escopo do contrato de manutenção as seguintes atividades por parte da empresa CONTRATADA:

a) Planejamento anual e cumprimento das rotinas de manutenção preventiva;

26 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- b) Disposição de todas as ferramentas e instrumentos de trabalho, bem como dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, com qualidade comprovadas e devidamente identificados;
- c) Manutenção do equipamento relacionado em perfeito funcionamento;
- d) Execução dos serviços de substituição das peças de reposição, sem ônus para a CONTRATANTE;
- e) Emissão de relatório do equipamento, para cada manutenção preventiva ou corretiva realizada, constando número do patrimônio, marca, modelo, local de instalação.
- f) Colocar no equipamento etiqueta que conste a data da manutenção realizada e a data da manutenção futura.

Observação: Estará incluso no valor do contrato todos os custos necessários para a execução do serviço, como: mão - de - obra, equipamentos e transporte necessários para a realização da manutenção corretiva e preventiva, sem nenhum tipo de custo adicional para a **CONTRATANTE**.

3.4. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.4.1 Os serviços serão realizados de acordo com o cronograma de atendimento mensal, que será elaborado após a assinatura do contrato. Caso surja a necessidade de atendimento emergencial durante o mês em que a manutenção já tiver sido realizada, será emitida uma Ordem de Serviço para o atendimento solicitado.

3.5 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.5.1 A quantidade e local de instalação dos equipamentos, objeto deste contrato encontra - se relacionada no tabela 1 e 2 deste Termo de Referência.

3.5.2 Nos primeiros 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá realizar levantamento técnico detalhado dos equipamentos, objeto desta contratação, proceder ao registro, e apresentar cronograma que será avaliado e aprovado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, para prestação dos serviços de **Manutenção Preventiva**, conforme a seguinte Relação de Serviços Mínimos de Manutenção Preventiva e Corretiva:

3.6 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Deverá consistir em verificações, limpezas, intervenções e manutenções nos equipamentos, de modo a mantê-los funcionando em perfeito estado de conservação, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico com o objetivo de manter e/ou ampliar a sua vida útil.

A manutenção preventiva é geral e poderá ter a aplicação de corretiva, se detectada necessidade, e incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

- a) **Inspeção geral:** realizar inspeção visual, verificação da integridade física do equipamento e de seus componentes internos, folgas, desgastes das engrenagens e botões, amassados ou ferrugens.
- b) **Substituição de peças e acessórios com a vida útil vencida:** seguir as instruções fornecidas pelos fabricantes para substituição de partes, peças e acessórios.
- c) **Lubrificação geral:** deverá proceder de acordo com a descrição do fabricante para o tipo de equipamento, visto os tipos de lubrificante necessários, periodicidade, locais de aplicação, equipamentos e ferramentas que devem ser utilizados e orientações para abertura do equipamento ou partes dele.
- d) **Aferição do equipamento:** realizar a leitura e verificação de indicadores e níveis (corrente, tensão, potência, rotação, pressão, vazão, parâmetros fisiológicos, etc.).
- e) **Testes de desempenho e de segurança:** (elétrica, mecânica, biológica): apresentar relatório contendo explicação da execução dessa tarefa através da leitura e verificação de indicadores em geral e observação de anomalias como calor, vibração, vazamentos ou odores, quando necessário, a fim de proporcionar funcionamento eficiente.
- f) **Recuperação do gás sempre que necessário:** Além dos procedimentos e rotinas listados, quando do atendimento preventivo, a prestadora dos serviços deverá proceder se necessário, à inspeção, regulagem, ajustagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnica de todas as partes componentes do equipamento. Deverá, ainda, substituir ou reparar, quando do atendimento preventivo, componentes mecânicos ou elétricos, necessários à colocação dos equipamentos em condições normais de funcionamento e segurança, com a aprovação da Contratante.
- g) **Limpeza:** Das peças que se fizerem necessárias, com o objetivo de evitar o desgaste natural das mesmas.

27 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.7 **DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Terá periodicidade na conformidade da necessidade imposta pela quebra ou parada de funcionamento dos equipamentos e dos defeitos que os equipamentos apresentem, podendo ser de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou em qualquer situação de emergência, em qualquer horário ou dia. Para execução dos chamados, a empresa prestadora dos serviços terá o prazo máximo de 24 horas após recebimento da ordem de serviço (OS). Deverá consistir em intervenções de avaliação e consertos nos equipamentos quando esses apresentarem falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções e de colocá-los em funcionamento novamente, com substituição de peças, se for o caso.

A **manutenção corretiva** incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

- a) **Intervenções e manutenções:** quando o equipamento apresentar falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções/consertos para colocá-lo em funcionamento novamente, com substituição de peças, partes e acessórios se for o caso.
- b) **Correção geral:** correções na integridade física do equipamento e de seus componentes internos como placas de circuito, folgas, desgastes das engrenagens e botões, limpeza do equipamento - procedimentos com produtos de limpeza e ferramentas adequados.
- c) **Substituição de partes, peças e acessórios:** usar somente partes, peças e acessórios originais (sempre dentro das especificações do fabricante), ou peças similares, devendo as mesmas ser novas e sem uso, desde que não venha comprometer o funcionamento do aparelho, fazendo sua substituição (após autorização da Gerência) sempre que apresentarem defeito.
- d) **Lubrificação geral se for o caso:** proceder de acordo com as descrições do fabricante para cada tipo de equipamento, visto os tipos de lubrificantes necessários.
- e) **Aferição e posterior calibração do equipamento:** realizar a leitura e correção de indicadores e níveis (corrente, tensão, potência, rotação, pressão, parâmetros fisiológicos e etc.).
- f) **Testes de desempenho e de segurança (elétrica, mecânica, biológica):** após a execução das tarefas descritas acima, a contratada deverá realizar testes de confiabilidade nos aparelhos de ar condicionado, observando indicadores em geral de anomalias como calor, vibração, vazamentos ou odores, a fim de certificar-se da manutenção corretiva realizada.
- g) **Reoperação de gás:** fazer a reoperação de gás sempre que necessário.

3.7.1 Todas as condições previstas neste Termo de Referência, modelos e seus Anexos devem ser observados pela empresa na execução dos mesmos.

3.7.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser realizados no local onde os equipamentos estão instalados, de segunda à sexta-feira, menos feriados, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, respeitando-se as datas preestabelecidas através de cronograma definido entre a equipe da Gerência solicitante e a CONTRATADA, de modo que o equipamento passe por manutenção preventiva a cada mês, sem prejuízo de andamento de serviço de nenhuma das partes.

3.7.3 Caso os serviços de manutenção corretiva e preventiva não possam ser realizados na unidade, a CONTRATADA poderá realizar os reparos em sua oficina ou outro local à sua escolha, ficando sob sua inteira responsabilidade os custos pelo transporte e guarda deste equipamentos.

3.7.4 Quando necessária à saída do equipamento do local onde se encontra instalado, esta deverá ser autorizada pela CONTRATANTE mediante documento formal, devendo o equipamento retornar ao local de origem consertado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado através de relatório, e autorizado pela CONTRATANTE.

3.7.5 Os procedimentos mínimos de manutenção preventiva conforme Relação de Serviços Mínimos de Manutenção Preventiva deverá ser informada nos relatórios individuais de manutenção preventiva do equipamento. O relatório deverá ser preenchido e assinado pelos técnicos da empresa, checados e assinados pelo responsável designado pela CONTRATANTE.

3.7.6 Após a realização da manutenção preventiva a CONTRATADA deverá **fornecer e afixar etiqueta adesiva no equipamento, onde deverá constar a data da última e da próxima manutenção preventiva.**

28 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.7.7 Caso a CONTRATANTE verifique que os serviços não estejam sendo adequadamente executados em função de desídia ou desleixo dos servidores, a CONTRATADA deverá providenciar a troca dos técnicos num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da oficialização dos fatos à CONTRATANTE.

3.7.8 Em situações excepcionais, a CONTRATADA deverá fornecer serviço de atendimento de urgência para realização de manutenção corretiva, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.7.9 As solicitações de manutenção corretiva/preventiva serão realizadas através do encaminhamento de Ordens de Serviço pela CONTRATANTE, via e-mail.

3.7.10 As Manutenções Corretivas, que não forem urgentes, deverão ocorrer juntamente com a Manutenção Preventiva mais próxima, contudo, excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 48 horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço - OS.

3.7.11 As etapas do procedimento de manutenção corretiva e seus respectivos prazos são definidos desta maneira:

a) **Contato prévio e atendimento:** após encaminhamento da Ordem de Serviços via e-mail ou outro meio, como um programa específico, a empresa deve encaminhar técnico habilitado para realizar a manutenção do equipamento, na data marcada para a realização da manutenção preventiva mais próxima ou excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 48 horas.

b) **Reparo sem necessidade de substituição de peças:** a empresa deve restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 24 horas corridas após o início do atendimento.

c) **Reparo com necessidade de substituição de peças:** a empresa deve restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 15 (quinze) dias, contados do início do atendimento. O prazo especificado abrangerá a realização do orçamento das peças necessárias, a aprovação pela CONTRATANTE e o recebimento e instalação da peça. A prorrogação do prazo poderá ser requerida pela CONTRATADA, em situações de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada em solicitação formal aprovada pela CONTRATANTE.

3.7.12 Os serviços de manutenção preventiva em cada equipamento deverão ser orientados por um check-list individual, cujo modelo deve ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado previamente pela CONTRATANTE, que fará parte do relatório de manutenção preventiva periódica.

3.7.13 A CONTRATADA deverá protocolar os relatórios de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da realização da manutenção, detalhando inclusive peças e componentes substituídos.

3.7.14 Quando solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá prestar serviço de instalação técnica e treinamento operacional dos equipamentos pertencentes a este contrato ou outros similares, que ocorrerá na data da manutenção preventiva mais próxima da solicitação.

3.7.15 Caso não seja possível o conserto de determinado equipamento por inexistência de peças de reposição, reparo tecnicamente e/ou economicamente inviável ou ainda por se encontrar no final da vida útil, deverá ser elaborado relatório técnico devidamente assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, a ser encaminhado à CONTRATANTE para análise, podendo a mesma proceder com sua baixa patrimonial e designar outro aparelho com as mesmas funções para compor o Contrato.

3.7.16 A CONTRATADA assume a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos e quaisquer impostos, taxas, licenças, encargos sociais, administrativos e financeiros, alvarás e quaisquer ônus fiscais de natureza federal, estadual e municipal, incidente sobre a execução dos serviços, despesas com viagens, diárias, estadias, transportes de materiais ou equipamentos ou qualquer outra atividade relativa à execução dos serviços objeto deste contrato.

3.8 DAS MEDIÇÕES

3.8.1 Mensalmente a empresa apresentará o Relatório de Manutenção Preventiva, e para a Manutenção Corretiva, sempre que houver a execução dos serviços. O Relatório deve conter a descrição sumária dos serviços realizados em cada equipamento, com a indicação da marca, modelo, Nº de série e Nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado, a relação de aparelhos vistoriados, identificando os serviços realizados em cada aparelho.

3.8.2 Devem constar do Relatório de Manutenção as assinaturas dos chefes dos setores responsáveis pela carga patrimonial de cada um dos equipamentos vistoriados.

29 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.8.3 O Relatório de Manutenção deverá ser aprovado pelo Executor do Contrato e pelo Chefe do Setor de Serviços Auxiliares. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida pela contratada, discriminando as atividades contidas no relatório aprovado.

3.9. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E REPOSIÇÃO DE PEÇAS:

3.9.1 Serviço contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria da Saúde.

3.9.2 As peças repostas devem ser de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias.

3.9.3 As peças de reposição serão adquiridas, pela CONTRATADA e reembolsadas pela CONTRATANTE.

3.9.4 O Serviço de substituição de peças será acompanhado por um responsável da unidade;

3.9.5 As peças substituídas devem ser devolvidas para a CONTRATANTE, acompanhadas de Relatório do Serviço Executado para análise e decisão quanto ao seu destino;

3.10 DA GARANTIA:

3.10.1 - Os serviços executados pela contratada terão garantia pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, contados a partir de sua realização.

3.10.2 - Durante o período de garantia, a empresa deverá atender aos chamados da CONTRATANTE, para manutenção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

3.10.3 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelo(s) fabricante(s), devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal;

3.10.4 - Faculta-se ao CONTRATANTE verificar junto ao(s) fabricante(s) os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantia(s) com prazo(s) inferior(es) ao(s) utilizado(s) pelo(s) fabricante(s);

3.10.5 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para ao CONTRATANTE e acarretarão a reabertura do prazo restante da garantia;

3.10.6 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao CONTRATANTE após a execução dos serviços e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

4. DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas;

4.2. Em atenção ao art. 24 da Lei Nº 14.133/2021 e art. 104 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, onde mencionam que desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas;

4.3. A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela Administração. Essa medida se mostra particularmente eficaz, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da Administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada;

4.4. Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para Administração Pública. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances;

4.5. Busca-se por meio do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Secretária Estadual da Saúde - SES/TO, na escolha da Contratada que apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

30 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de refrigeração, incluindo câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras utilizados na Rede de Frio Estadual, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra qualificada, conforme especificações técnicas definidas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO);
- 5.2. A contratação abrangerá os equipamentos instalados nas seguintes unidades: Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) – Palmas/TO; Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína/TO; e Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS (Anexo I da SES/TO) – Palmas/TO.
- 5.3. A empresa contratada será responsável pela execução de manutenções preventivas periódicas, com inspeções técnicas, calibração e limpeza de componentes, substituição preventiva de peças sujeitas a desgaste e ajustes de parâmetros de funcionamento, bem como pela manutenção corretiva imediata, em casos de falhas ou panes, garantindo a operação contínua e segura dos equipamentos;
- 5.4. As atividades deverão ser realizadas in loco, com acompanhamento técnico do setor demandante, observando as normas de segurança, meio ambiente e boas práticas sanitárias aplicáveis, em especial as diretrizes da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), da RDC Nº 197/2017/ANVISA e da ABNT NBR 15848/2010;
- 5.5. A solução contratual prevê ainda o fornecimento e substituição de peças originais ou compatíveis, a emissão de relatórios técnicos detalhados de cada manutenção realizada;
- 5.6. Foi definida a solução de aquisição por meio de licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso II, e do art. 51 da Lei Nº 14.133/2021, por se tratar da aquisição de bens/serviços comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no edital, possibilitando a obtenção de menores preços nas contratações;
- 5.7. A solução como um todo compreende não apenas a escolha do método de aquisição mais adequado, mas também a definição de critérios claros e transparentes para a seleção do fornecedor. O Processo será conduzido de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconizado pela legislação vigente;
- 5.8. As especificações técnicas mínimas dos itens encontram-se descritas no Tópico 3 deste Termo.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para esta contratação, busca-se que os serviços de manutenção preventiva e corretiva de freezers e geladeiras sejam executados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento.

6.1. Principais requisitos conforme Lei Nº 14.133/2021:

6.1.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021, pois, trata-se de fornecimento de pronta entrega;
- Não será permitida a participação de consórcios, pois dadas às características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação.

7. DA SUSTENTABILIDADE:

7.1. A contratação adota critérios de sustentabilidade ambiental e econômica, em conformidade com o art. 5º da Lei Federal Nº 14.133/2021, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010), observando os seguintes princípios e práticas;

31 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 7.2. Eficiência energética: a manutenção preventiva e corretiva contribui para o funcionamento otimizado dos sistemas de refrigeração, reduzindo o consumo de energia elétrica e evitando sobrecargas decorrentes de mau funcionamento;
- 7.3. Prolongamento da vida útil dos equipamentos: as ações de manutenção preventiva evitam a substituição prematura de freezers, câmaras e geladeiras, reduzindo a geração de resíduos eletrônicos e metálicos;
- 7.4. Destinação ambientalmente adequada: as peças e componentes substituídos (compressores, gases refrigerantes, cabos, placas, entre outros) deverão ser encaminhados ao Almoxarifado Central da SES/TO para descarte ambientalmente correto, conforme normas internas e legislação ambiental vigente;
- 7.5. Reaproveitamento e reciclagem: sempre que tecnicamente viável e seguro, peças e materiais em boas condições poderão ser reaproveitados, reduzindo o impacto ambiental;
- 7.6. Observância das normas ambientais e sanitárias: os serviços deverão seguir as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da ANVISA e das normas da ABNT pertinentes à manutenção de sistemas de refrigeração. Essas medidas garantem que a contratação atenda aos princípios da sustentabilidade, eficiência e economicidade, reduzindo o impacto ambiental e promovendo o uso racional de recursos públicos.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. DO INÍCIO E PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

- 8.1.1. A data de início do serviço é IMEDIATA em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho;
- 8.1.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias (quinze) de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.2. DO PARCELAMENTO

- 8.2.1. Conforme art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Nº 14.133/2021, via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, assim ao dividir a pretensão contratual permite-se uma maior competitividade, por empresas que não conseguiriam oferecer todos os itens de forma conjunta, mas tem condições de fornecimento de alguns deles;
- 8.2.2. Devido à natureza dos objetos demandados, o critério de adjudicação será por ITEM UNITÁRIO, sendo a melhor medida de aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas de acordo com suas condições, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

8.3. DA NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 8.3.1. A Nota de Empenho será enviada ao fornecedor pela Diretoria de Compras/SES/TO, no endereço eletrônico: [empenhosau.to@gmail.com];
- 8.3.2. A empresa deverá informar na proposta de preços o endereço eletrônico em que a SES/TO deverá enviar as notas de empenho das aquisições referentes a este serviço;
- 8.3.3. Fica sob responsabilidade de a Empresa informar à Diretoria de Compras -SES/TO por meio do e-mail supramencionado, qualquer alteração que venha ocorrer no endereço eletrônico informado, durante a vigência do Contrato.

8.4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS

- 8.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua realização, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Nota de Empenho/Contrato, para fins de posterior verificação de conformidade com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho/Contrato e demais documentos que integrem o processo. O recebimento definitivo será efetuado após a conferência da execução dos serviços, atestando-se o cumprimento integral das condições pactuadas;
- 8.4.2. A Nota Fiscal (NF) deverá conter, obrigatoriamente, a descrição detalhada dos serviços executados, incluindo data de realização e referência à ordem de serviço ou documento equivalente que comprove a execução.

32 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 8.4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com as especificações constantes no Edital, Termo de Referência ou Contrato. Nesta hipótese, a Contratada deverá refazer os serviços, corrigindo as falhas apontadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.4.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após verificação da conformidade da execução com o objeto contratado, nos termos do art. 140, §1º, da Lei Nº 14.133/2021.
- 8.4.5. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser, excepcionalmente, prorrogado uma única vez e por igual período, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências adicionais para confirmação do atendimento das exigências contratuais.
- 8.4.6. Após o recebimento definitivo, e uma vez verificada a correta execução dos serviços, a SES/TO atestará a Nota Fiscal para fins de liquidação e pagamento.
- 8.4.7. Para contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da Nota Fiscal pela Administração.
- 8.4.8. Em caso de controvérsia quanto à execução dos serviços — seja quanto à qualidade, quantidade ou adequação técnica — será observado o disposto no art. 143 da Lei Nº 14.133/2021, devendo a Administração comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.
- 8.4.9. O prazo necessário para que a Contratada corrija inconsistências na execução dos serviços ou saneie irregularidades da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 8.4.10. O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada das responsabilidades civis pela solidez, segurança e qualidade dos serviços prestados, nem da responsabilidade ético-profissional pela execução perfeita do objeto, conforme previsto nos arts. 141 e 144 da Lei Nº 14.133/2021.

9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à Contratada para adequada execução dos serviços;
- 9.1.2. Disponibilizar o acesso ao local onde os serviços serão executados, indicando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização;
- 9.1.3. Acompanhar, fiscalizar e receber os serviços executados, mediante atesto do fiscal do contrato, nos termos dos arts. 140 a 144 da Lei Nº 14.133/2021.;
- 9.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Edital, Termo de Referência ou Contrato, determinando à Contratada a correção das falhas às suas expensas;
- 9.1.5. Comunicar à Contratada, até o 5º dia útil após apresentação da Nota Fiscal, sobre a aceitação ou necessidade de correções referentes aos serviços realizados;
- 9.1.6. Fiscalizar continuamente a execução do objeto, registrando ocorrências e aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- 9.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada dentro do prazo previsto no Edital, seus Anexos e no Contrato, após o atesto do fiscal;
- 9.1.8. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei Nº 14.133/2021);
- 9.1.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei Nº 14.133/2021).

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

33 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 9.2.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com troca de peças se necessário, conforme as disposições do Edital, Termo de Referência, Proposta e Contrato, observando as normas técnicas aplicáveis;
- 9.2.2. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente treinada e capacitada para a execução dos serviços, garantindo a segurança e qualidade da operação;
- 9.2.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços, incluindo correções, reparos e substituição de peças, quando necessário;
- 9.2.4. Fornecer, às próprias expensas, todas as ferramentas, materiais, instrumentos, peças de reposição e recursos necessários para a realização dos serviços;
- 9.2.5. A Contratada estará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei Nº 14.133/2021);
- 9.2.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (art. 120 da Lei Nº 14.133/2021);
- 9.2.7. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato (art. 121 da Lei Nº 14.133/2021);
- 9.2.8. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração Pública a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato (§1º do art. 121 da Lei Nº 14.133/2021);
- 9.2.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 9.2.9. Manter sigilo sobre todas as informações às quais tenha acesso em razão da execução contratual, não podendo repassá-las ou utilizá-las indevidamente;
- 9.2.11. Emitir Nota Fiscal detalhada, contendo a descrição dos serviços realizados, datas de execução, ordens de serviço correspondentes e demais informações pertinentes para fins de atesto e pagamento;
- 9.2.12. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no Edital do Pregão Eletrônico;
- 9.2.13. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto;
- 9.2.14. Executar o serviço obedecendo rigorosamente às condições do Edital e seus Anexos;
- 9.2.15. Executar o serviço obedecendo rigorosamente às condições do Contrato, se houver;
- 9.2.16. Executar o serviço obedecendo rigorosamente à legislação vigente inerente ao objeto;
- 9.2.17. Garantir a continuidade dos serviços, mesmo em caso de substituição de funcionários, sem prejuízo à execução contratual.
- 9.2.18. Atender prontamente às solicitações e notificações emitidas pela fiscalização do contrato;
- 9.2.19. Manter, durante toda a execução do Contrato, quando houver, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 9.2.20. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, IV e art. 92, XVII da Lei Nº 14.133/2021).
- 9.3. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:**
- 9.3.1. Nos casos de formalização do Contrato, a execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal (is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme Decreto Estadual Nº 6.606/2023, dos Artigos 26 aos 38 e no art. 117 da Lei Nº 14.133/2021;
- 9.3.2. O Fiscal Técnico acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme descrito nos art. 22 e 23 do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

34 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

9.3.3. A fiscalização ocorrerá ainda, nos termos da Portaria Nº 494, de 31 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado Nº. 6.098, de 31 de maio de 2022, ou outra Portaria que venha a substituí-la na época da assinatura do Contrato, bem como na forma do Manual do Gestor de Contratos do Tribunal de Contas do Estado;

9.3.4. A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto serão por meio da Superintendência de Vigilância em Saúde e se dará em momento oportuno da formalização contratual, por meio de Portaria designando os servidores responsáveis;

9.3.5. O Fiscal será nomeado por meio de Portaria após assinatura do Contrato, cabendo a este exercer as seguintes atividades, conforme disposto no art. 5º da Portaria Nº. 494/2022/SES/GASEC, de 31 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado Nº. 6.098/2022;

9.3.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei Nº 14.133/2021, art. 120).

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. As licitantes devem apresentar os seguintes documentos técnicos:

10.1.1. Cópia de 01 (um) atestado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou ou está prestando de maneira satisfatória fornecimento/serviço semelhante aos que formam o objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 67, Item II, da Lei de Licitações Nº 14.133/2021;

a) Considerando o objeto da contratação, a Administração Pública decidiu que a exigência de Atestado de Capacidade Técnica visa demonstrar que a empresa licitante já executou, previamente, objeto compatível em características e quantidades com aquele definido a ser contratado por meio da licitação. A finalidade é clara: resguardar o interesse da Administração Pública buscando a perfeita execução do objeto da licitação. Esse atestado faz parte do documento que qualificam a empresa tecnicamente e servem para comprovar para o órgão público que a empresa contratada realmente tem experiência e perícia;

10.1.2. Proposta contendo especificações detalhadas de cada item do objeto proposto, com toda a especificação, tipos, qualidade e informações que facilitem sua identificação;

10.1.3. Termo de Compromisso contendo as informações a seguir:

A empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. _____, localizada no endereço _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) portador do RG Nº _____ e CPF/MF Nº _____ participante do Pregão Eletrônico em epígrafe, vem à presença da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, firmar o presente compromisso, conforme segue:

A empresa tem ciência de que os produtos em desacordo com o Edital não serão aceitos pela SES/TO, e que será responsabilizada por quaisquer danos que causar à Contratante ou a terceiros, inclusive desabastecimento das Unidades de Saúde mantidas e Administradas pela Secretaria de Saúde, decorrente do descumprimento das regras do Ato Convocatório, e que este fato será levado ao conhecimento dos Ministérios Público Estadual e Federal para as providências devidas.

11. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 116, de 21 de dezembro de 2021), ou de sociedade simples;

11.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

11.3.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

35 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 11.3.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);
- 11.3.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);
- 11.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação;
- 11.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Nº 14.133/2021, art. 65, §1º);
- 11.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Nº 14.133/2021, art. 69, §6º);
- 11.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.8 Com essas exigências, a análise permite compreender se uma determinada empresa possui o potencial necessário para concluir a aquisição acordada. Isso inclui avaliar sua capacidade de cumprir com seus compromissos financeiros de curto prazo, garantindo que disponha dos recursos necessários para honrar suas obrigações. Essa verificação é essencial para assegurar a solidez financeira da Contratada, minimizando riscos e garantindo o cumprimento integral dos termos estabelecidos no Contrato.

12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1. Será vencedora a licitante que atender às exigências deste Termo de Referência e adoção do critério de julgamento pelo menor preço. Portanto, será considerada vencedora do certame a licitante que, após a análise da proposta de preço e dos documentos de habilitação, atendidas às exigências do Edital, houver ofertado o menor preço por item;
- 12.2. Os bens, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei Nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado;
- 12.3. Não se admitirá proposta de preços cujo valor ofertado para o item seja superior ao preço máximo que a SES/TO se dispõe a pagar;
- 12.4. O critério de escolha dos fornecedores será o da oferta mais vantajosa considerando uma combinação dos valores praticados pelo mercado, os preços constantes nas plataformas governamentais, as quantidades a serem adquiridas e aos fatores ambientais vinculados ao ciclo de vida dos produtos;
- 12.5. Sendo que na proposta vencedora deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

13. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 13.1. Efetuada a entrega, a Contratada protocolará a Nota Fiscal/Fatura, perante a Contratante devidamente preenchida;
- 13.2. As faturas (Nota Fiscal) deverão ser emitidas pela Contratada, em nome da Contratante (Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, CNPJ 25.053.117/0001-64);
- 13.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção;
- 13.4. A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação, contados da sua protocolização, e será paga, diretamente na conta corrente da Contratada;
- 13.5. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no parágrafo anterior, passará a ser contado a partir da data da sua representação;
- 13.6. Os pagamentos não serão efetuados por meio de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

36 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

14. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

14.1. O contrato para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos terá vigência inicial de 12 (doze) meses. Nos termos do art. 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que haja previsão no edital e manifestação da autoridade competente quanto à vantajosidade das condições ofertadas, respeitada a vigência máxima decenal. Tal possibilidade visa assegurar a continuidade dos serviços e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, evitando interrupções que possam comprometer a atividade administrativa e a conservação dos imunobiológicos;

14.2. A contagem da vigência contratual será a partir da data da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021 o licitante ou o Contratado que:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do Contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. Apresentar declaração ou documento exigido falso para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12. Praticar ato lesivo no art. 5º da Lei Nº 11.846, de 1º de agosto de 2012.

16. DAS PENALIDADES E MULTAS

16.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, infração subitem 15.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

16.3. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;

16.4. Para as infrações previstas nos itens 15.1.8, 15.1.9, 15.1.11 e 15.1.12, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;

16.5. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que ver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste Termo de Referência, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justificarem a imposição da penalidade mais grave.

17. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS

17.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

37 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 17.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 17.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 17.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 17.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18. CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 18.1. Este Contrato poderá ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 18.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.

19. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 19.1. Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021;
- 19.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal Nº 14.133/2021, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas compras;
- 19.3. É admissível a continuidade do Contrato Administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) Sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato;
 - c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração Pública à continuidade do Contrato.

20. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 20.1. Nos termos do art.131 da Lei Nº 14.133/2021, os pedidos de alterações contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato deverão ser formalizados na vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação;
- 20.2. A Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período sob justa motivação, para decidir os pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, depois de concluída a instrução dos referidos pedidos em processo administrativo próprio.

21. DO REAJUSTE

- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, por um (01) ano contado da data do orçamento estimado;
- 21.2. Após esse período os valores serão reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional de Preço ao Consumidor do Mercado (IPCA);
- 21.3. Os reajustes serão precedidos de solicitação pela Contratada;
- 21.4. O Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;
- 21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

22. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

38 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

22.1. Conforme art. 151 da Lei Nº 14.133/2021, nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

23. DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- 23.1. A Contratada se compromete a observar todas as normas legais vigentes no país, incluindo, mas não se limitando, à Lei Anticorrupção (Lei Nº 11.846/2013) e à Lei contra a Lavagem de Dinheiro (Lei Nº 9.613/1998);
- 23.2. A Contratada declara que não está envolvida, direta ou indiretamente, em qualquer atividade que caracterize infração administrativa nos termos da legislação anticorrupção;
- 23.3. A Contratada se compromete a não oferecer, prometer, dar ou autorizar o pagamento de qualquer valor ou vantagem a agentes públicos ou terceiros com o objetivo de obter benefícios indevidos;
- 23.4. A Contratada concorda em submeter-se a auditorias e fornecer todas as informações necessárias para verificar o cumprimento das normas anticorrupção;
- 23.5. A Contratada se compromete a promover treinamentos e campanhas de conscientização sobre a importância da integridade e da ética nos negócios;
- 23.6. A Contratada se obriga a notificar a Contratante, imediatamente, por escrito, sobre qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem como em casos de práticas de suborno ou corrupção;
- 23.7. O descumprimento das normas legais anticorrupção e do disposto nesta cláusula será considerado uma infração grave, podendo resultar na rescisão do Contrato pela Contratante, sem qualquer ônus ou penalidade, além de responsabilizar a Contratada por eventuais perdas e danos.

24. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 24.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Nº 12.709, de 14 de agosto de 2018).
PARÁGRAFO ÚNICO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 12.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 24.2. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Contratante, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.
PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 24.3. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do Contrato ou a Contratante está exposta.
PARÁGRAFO ÚNICO: A critério da Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais;
- 24.4. A Contratada deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

39 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada deverá permitir a realização de auditorias da Contratante e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada deverá apresentar a Contratante, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;

24.5. A Contratada se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição a Contratante, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato;

24.6. A Contratada não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual. PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pela Contratada a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual;

24.7. A Contratada deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste Contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

24.8. A Contratada deverá comunicar formalmente e de imediato a Contratante a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

PARÁGRAFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá a Contratada das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados;

24.9. Encerrada a vigência do Contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a Contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Contratante e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a Contratada tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal;

24.9. A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Contratante para as finalidades pretendidas neste Contrato;

24.10. A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

25. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do Estado do Tocantins, conforme dotação apresentada na primeira página deste Termo de Referência.

40 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E NAS CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta capital, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ sob Nº 25.053.117/0001-64, pelo Senhor Secretário de estado da Saúde, **CARLOS FELINTO JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato nº 3.232- NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 6.960, de 12 de dezembro de 2025, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na, inscrita no CNPJ sob Nº, Inscrição Estadual sob nº, doravante denominada CONTRATADA, representada por seu titular, o(a) Sr(a), brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Nº - SSP-....., CPF nº, resolvem celebrar o presente CONTRATO, elaborado de acordo com a minuta aprovada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS** e pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, observadas as disposições da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual Nº. 6.606, de 28 de março de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** em câmaras refrigeradas, freezers e geladeiras, com reposição de peças, destinada à Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) e ao Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína, bem como das geladeiras da copa/cozinha da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS).

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A aquisição deste Contrato as quantidades e observações constantes do Objeto da Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, conforme **Processo nº 2025/30550/008618** parte integrante deste Contrato, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

Item	Qtd	Und	Especificações	Preço Unitário	Preço Global
VALOR TOTAL					

(AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO CONTRATADO SERÃO INSERIDAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM BASE NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição do(s) produto(s) o valor total de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LOCAIS DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS DE APARELHOS

41 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.1 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados nos locais de instalação dos equipamentos, conforme os endereços a seguir:

a) **CEADI – Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos**

Quadra 601 Sul, Avenida LO 15, Conjunto 02, Lote 01 – Palmas/TO CEP: 77.016-336

b) **Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO Anexo I / Superintendência de Vigilância em Saúde(SVS)**

Edifício Lauro Knopp – Quadra 104 Norte, Avenida LO 2, nº 125, Lote 30 – Plano Diretor Norte–Palmas/TO.

CEP: 77.006-022

c) **Polo de Distribuição de Imunobiológicos de Araguaína/TO**

Avenida Espanha, Lote 01, Quadra 139/140 – Jardim dos Ipês III – Araguaína/TO CEP: 77.828-548

3.1.1 O serviço de manutenção preventiva e corretiva deverá contemplar a reposição de peças quando se fizerem necessárias, deverá haver ainda verificações, limpezas e intervenções técnicas operacionais. A contratação dos serviços, com reposição peças deverá ser de vigência anual prorrogável por igual período, devido à necessidade de se efetuar as manutenções periodicamente sem interrupções nos cronogramas, garantindo-se com isso a estabilidade e segurança de funcionamento dos objetos desse Termo de Referência.

3.2 DA MANUTENÇÃO:

3.2.1 O serviço de **manutenção preventiva** deverá ser realizado mensalmente e a **manutenção corretiva** deverá ser realizada sempre que se fizer necessário. Somente em caso de excepcional necessidade poderá ser retirado o equipamento para fora do prédio onde o mesmo se encontra instalado e deverá ser acompanhado da Guia de Movimentação Patrimonial (GMPB), mantendo sob sua responsabilidade o equipamento retirado. A empresa prestadora dos serviços deverá fornecer aparelhos e ferramentas necessárias para a manutenção preventiva e corretiva.

3.2.2 Toda e qualquer intervenção no equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA. Nos casos de manutenção corretiva deverão ocorrer mediante Ordem de Serviço – OS, expedida pela CONTRATANTE; nos casos de manutenção preventiva em obediência ao cronograma apresentado pela CONTRADA, e aprovado pela CONTRATANTE.

3.2.3 Para a execução do objeto deste Pedido de Compra considera-se:

3.2.3.1 **Manutenção Preventiva:** manutenção planejada que previne a ocorrência corretiva. Os programas mais constantes da manutenção preventiva são: reparos, lubrificação e ajustes. O denominador comum para todos estes programas de manutenção preventiva é a verificação periódica do funcionamento dos equipamentos, antecipando eventuais problemas que possam causar gastos maiores como a manutenção corretiva.

3.2.3.2 **Manutenção Corretiva:** manutenção que poderá ocorrer em função de falhas e/ou erros que o equipamento venha a apresentar nas suas funções inesperadamente. O equipamento poderá sofrer paralisação programada ou não programada, devendo as providências para o restabelecimento e recolocação em operação, serem tomadas pela CONTRATADA no menor tempo possível, de forma segura, econômica e confiável.

3.2.4 A manutenção corretiva incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

a) **Intervenções e manutenções:** quando o equipamento apresentar falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções/consertos para colocá-lo em funcionamento novamente, com substituição de peças, partes e acessórios se for o caso.

b) **Substituição de partes, peças e acessórios:** usar somente partes, peças e acessórios originais (sempre dentro das especificações do fabricante), fazendo sua substituição (após o autorizo da Gerência responsável) sempre que apresentarem defeito. Comprovada a não existência de peças originais no mercado, a empresa poderá substituir por peças similares, devendo as mesmas ser novas e sem uso, desde que não venha comprometer o funcionamento do aparelho.

3.3 DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.3.1 Serão consideradas como parte integrante do escopo do contrato de manutenção as seguintes atividades por parte da empresa CONTRATADA:

a) Planejamento anual e cumprimento das rotinas de manutenção preventiva;

b) Disposição de todas as ferramentas e instrumentos de trabalho, bem como dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, com qualidade comprovadas e devidamente identificados;

42 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- c) Manutenção do equipamento relacionado em perfeito funcionamento;
- d) Execução dos serviços de substituição das peças de reposição, sem ônus para a CONTRATANTE;
- e) Emissão de relatório do equipamento, para cada manutenção preventiva ou corretiva realizada, constando número do patrimônio, marca, modelo, local de instalação.
- f) Colocar no equipamento etiqueta que conste a data da manutenção realizada e a data da manutenção futura.

Observação: Estará incluso no valor do contrato todos os custos necessários para a execução do serviço, como: mão - de - obra, equipamentos e transporte necessários para a realização da manutenção corretiva e preventiva, sem nenhum tipo de custo adicional para a **CONTRATANTE**.

3.4. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.4.1 Os serviços serão realizados de acordo com o cronograma de atendimento mensal, que será elaborado após a assinatura do contrato. Caso surja a necessidade de atendimento emergencial durante o mês em que a manutenção já tiver sido realizada, será emitida uma Ordem de Serviço para o atendimento solicitado.

3.5. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.5.1 A quantidade e local de instalação dos equipamentos, objeto deste contrato encontra - se relacionada no tabela 1 e 2 deste Termo de Referência.

3.5.2 Nos primeiros 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá realizar levantamento técnico detalhado dos equipamentos, objeto desta contratação, proceder ao registro, e apresentar cronograma que será avaliado e aprovado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, para prestação dos serviços de **Manutenção Preventiva**, conforme a seguinte Relação de Serviços Mínimos de Manutenção Preventiva e Corretiva:

3.6 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Deverá consistir em verificações, limpezas, intervenções e manutenções nos equipamentos, de modo a mantê-los funcionando em perfeito estado de conservação, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico com o objetivo de manter e/ou ampliar a sua vida útil.

A manutenção preventiva é geral e poderá ter a aplicação de corretiva, se detectada necessidade, e incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

- a) **Inspeção geral:** realizar inspeção visual, verificação da integridade física do equipamento e de seus componentes internos, folgas, desgastes das engrenagens e botões, amassados ou ferrugens.
- b) **Substituição de peças e acessórios com a vida útil vencida:** seguir as instruções fornecidas pelos fabricantes para substituição de partes, peças e acessórios.
- c) **Lubrificação geral:** deverá proceder de acordo com a descrição do fabricante para o tipo de equipamento, visto os tipos de lubrificante necessários, periodicidade, locais de aplicação, equipamentos e ferramentas que devem ser utilizados e orientações para abertura do equipamento ou partes dele.
- d) **Aferição do equipamento:** realizar a leitura e verificação de indicadores e níveis (corrente, tensão, potência, rotação, pressão, vazão, parâmetros fisiológicos, etc.).
- e) **Testes de desempenho e de segurança:** (elétrica, mecânica, biológica): apresentar relatório contendo explicação da execução dessa tarefa através da leitura e verificação de indicadores em geral e observação de anomalias como calor, vibração, vazamentos ou odores, quando necessário, a fim de proporcionar funcionamento eficiente.
- f) **Recuperação do gás sempre que necessário:** Além dos procedimentos e rotinas listados, quando do atendimento preventivo, a prestadora dos serviços deverá proceder se necessário, à inspeção, regulagem, ajustagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnica de todas as partes componentes do equipamento. Deverá, ainda, substituir ou reparar, quando do atendimento preventivo, componentes mecânicos ou elétricos, necessários à colocação dos equipamentos em condições normais de funcionamento e segurança, com a aprovação da Contratante.
- g) **Limpeza:** Das peças que se fizerem necessárias, com o objetivo de evitar o desgaste natural das mesmas.

3.7 **DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Terá periodicidade na conformidade da necessidade imposta pela quebra ou parada de funcionamento dos equipamentos e dos defeitos que os equipamentos apresentem, podendo ser de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou em

43 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

qualquer situação de emergência, em qualquer horário ou dia. Para execução dos chamados, a empresa prestadora dos serviços terá o prazo máximo de 24 horas após recebimento da ordem de serviço (OS). Deverá consistir em intervenções de avaliação e consertos nos equipamentos quando esses apresentarem falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções e de colocá-los em funcionamento novamente, com substituição de peças, se for o caso.

A **manutenção corretiva** incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

- a) **Intervenções e manutenções:** quando o equipamento apresentar falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções/consertos para colocá-lo em funcionamento novamente, com substituição de peças, partes e acessórios se for o caso.
 - b) **Correção geral:** correções na integridade física do equipamento e de seus componentes internos como placas de circuito, folgas, desgastes das engrenagens e botões, limpeza do equipamento - procedimentos com produtos de limpeza e ferramentas adequados.
 - c) **Substituição de partes, peças e acessórios:** usar somente partes, peças e acessórios originais (sempre dentro das especificações do fabricante), ou peças similares, devendo as mesmas ser novas e sem uso, desde que não venha comprometer o funcionamento do aparelho, fazendo sua substituição (após autorização da Gerência) sempre que apresentarem defeito.
 - d) **Lubrificação geral se for o caso:** proceder de acordo com as descrições do fabricante para cada tipo de equipamento, visto os tipos de lubrificantes necessários.
 - e) **Aferição e posterior calibração do equipamento:** realizar a leitura e correção de indicadores e níveis (corrente, tensão, potência, rotação, pressão, parâmetros fisiológicos e etc.).
 - f) **Testes de desempenho e de segurança (elétrica, mecânica, biológica):** após a execução das tarefas descritas acima, a contratada deverá realizar testes de confiabilidade nos aparelhos de ar condicionado, observando indicadores em geral de anomalias como calor, vibração, vazamentos ou odores, a fim de certificar-se da manutenção corretiva realizada.
 - g) **Reoperação de gás:** fazer a reoperação de gás sempre que necessário.
- 3.7.1 Todas as condições previstas neste Termo de Referência, modelos e seus Anexos devem ser observados pela empresa na execução dos mesmos.
- 3.7.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser realizados no local onde os equipamentos estão instalados, de segunda à sexta-feira, menos feriados, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, respeitando-se as datas preestabelecidas através de cronograma definido entre a equipe da Gerência solicitante e a CONTRATADA, de modo que o equipamento passe por manutenção preventiva a cada mês, sem prejuízo de andamento de serviço de nenhuma das partes.
- 3.7.3 Caso os serviços de manutenção corretiva e preventiva não possam ser realizados na unidade, a CONTRATADA poderá realizar os reparos em sua oficina ou outro local à sua escolha, ficando sob sua inteira responsabilidade os custos pelo transporte e guarda deste equipamentos.
- 3.7.4 Quando necessária à saída do equipamento do local onde se encontra instalado, esta deverá ser autorizada pela CONTRATANTE mediante documento formal, devendo o equipamento retornar ao local de origem consertado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado através de relatório, e autorizado pela CONTRATANTE.
- 3.7.5 Os procedimentos mínimos de manutenção preventiva conforme Relação de Serviços Mínimos de Manutenção Preventiva deverá ser informada nos relatórios individuais de manutenção preventiva do equipamento. O relatório deverá ser preenchido e assinado pelos técnicos da empresa, checados e assinados pelo responsável designado pela CONTRATANTE.
- 3.7.6 Após a realização da manutenção preventiva a CONTRATADA deverá **fornecer e afixar etiqueta adesiva no equipamento, onde deverá constar a data da última e da próxima manutenção preventiva.**
- 3.7.7 Caso a CONTRATANTE verifique que os serviços não estejam sendo adequadamente executados em função de desídia ou desleixo dos servidores, a CONTRATADA deverá providenciar a troca dos técnicos num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da oficialização dos fatos à CONTRATANTE.
- 3.7.8 Em situações excepcionais, a CONTRATADA deverá fornecer serviço de atendimento de urgência para realização de manutenção corretiva, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

44 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.7.9 As solicitações de manutenção corretiva/preventiva serão realizadas através do encaminhamento de Ordens de Serviço pela CONTRATANTE, via e-mail.

3.7.10 As Manutenções Corretivas, que não forem urgentes, deverão ocorrer juntamente com a Manutenção Preventiva mais próxima, contudo, excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 48 horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço - OS.

3.7.11 As etapas do procedimento de manutenção corretiva e seus respectivos prazos são definidos desta maneira:

a) **Contato prévio e atendimento:** após encaminhamento da Ordem de Serviços via e-mail ou outro meio, como um programa específico, a empresa deve encaminhar técnico habilitado para realizar a manutenção do equipamento, na data marcada para a realização da manutenção preventiva mais próxima ou excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 48 horas.

b) **Reparo sem necessidade de substituição de peças:** a empresa deve restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 24 horas corridas após o início do atendimento.

c) **Reparo com necessidade de substituição de peças:** a empresa deve restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 15 (quinze) dias, contados do início do atendimento. O prazo especificado abrangerá a realização do orçamento das peças necessárias, a aprovação pela CONTRATANTE e o recebimento e instalação da peça. A prorrogação do prazo poderá ser requerida pela CONTRATADA, em situações de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada em solicitação formal aprovada pela CONTRATANTE.

3.7.12 Os serviços de manutenção preventiva em cada equipamento deverão ser orientados por um check-list individual, cujo modelo deve ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado previamente pela CONTRATANTE, que fará parte do relatório de manutenção preventiva periódica.

3.7.13 A CONTRATADA deverá protocolar os relatórios de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da realização da manutenção, detalhando inclusive peças e componentes substituídos.

3.7.14 Quando solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá prestar serviço de instalação técnica e treinamento operacional dos equipamentos pertencentes a este contrato ou outros similares, que ocorrerá na data da manutenção preventiva mais próxima da solicitação.

3.7.15 Caso não seja possível o conserto de determinado equipamento por inexistência de peças de reposição, reparo tecnicamente e/ou economicamente inviável ou ainda por se encontrar no final da vida útil, deverá ser elaborado relatório técnico devidamente assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, a ser encaminhado à CONTRATANTE para análise, podendo a mesma proceder com sua baixa patrimonial e designar outro aparelho com as mesmas funções para compor o Contrato.

3.7.16 A CONTRATADA assume a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos e quaisquer impostos, taxas, licenças, encargos sociais, administrativos e financeiros, alvarás e quaisquer ônus fiscais de natureza federal, estadual e municipal, incidente sobre a execução dos serviços, despesas com viagens, diárias, estadias, transportes de materiais ou equipamentos ou qualquer outra atividade relativa à execução dos serviços objeto deste contrato.

3.8 DAS MEDIÇÕES

3.8.1 Mensalmente a empresa apresentará o Relatório de Manutenção Preventiva, e para a Manutenção Corretiva, sempre que houver a execução dos serviços. O Relatório deve conter a descrição sumária dos serviços realizados em cada equipamento, com a indicação da marca, modelo, Nº de série e Nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado, a relação de aparelhos vistoriados, identificando os serviços realizados em cada aparelho.

3.8.2 Devem constar do Relatório de Manutenção as assinaturas dos chefes dos setores responsáveis pela carga patrimonial de cada um dos equipamentos vistoriados.

3.8.3 O Relatório de Manutenção deverá ser aprovado pelo Executor do Contrato e pelo Chefe do Setor de Serviços Auxiliares. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida pela contratada, discriminando as atividades contidas no relatório aprovado.

3.9. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E REPOSIÇÃO DE PEÇAS:

45 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

3.9.1 Serviço contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria da Saúde.

3.9.2 As peças repostas devem ser de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias.

3.9.3 As peças de reposição serão adquiridas, pela CONTRATADA e reembolsadas pela CONTRATANTE.

3.9.4 O Serviço de substituição de peças será acompanhado por um responsável da unidade;

3.9.5 As peças substituídas devem ser devolvidas para a CONTRATANTE, acompanhadas de Relatório do Serviço Executado para análise e decisão quanto ao seu destino;

3.10 DA GARANTIA:

3.10.1 - Os serviços executados pela contratada terão garantia pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, contados a partir de sua realização.

3.10.2 - Durante o período de garantia, a empresa deverá atender aos chamados da CONTRATANTE, para manutenção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

3.10.3 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelo(s) fabricante(s), devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal;

3.10.4 - Faculta-se ao CONTRATANTE verificar junto ao(s) fabricante(s) os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantia(s) com prazo(s) inferior(es) ao(s) utilizado(s) pelo(s) fabricante(s);

3.10.5 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para ao CONTRATANTE e acarretarão a reabertura do prazo restante da garantia;

3.10.6 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao CONTRATANTE após a execução dos serviços e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUSTENTABILIDADE:

4.1 A contratação adota critérios de sustentabilidade ambiental e econômica, em conformidade com o art. 5º da Lei Federal Nº 14.133/2021, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010), observando os seguintes princípios e práticas;

4.2. Eficiência energética: a manutenção preventiva e corretiva contribui para o funcionamento otimizado dos sistemas de refrigeração, reduzindo o consumo de energia elétrica e evitando sobrecargas decorrentes de mau funcionamento;

4.3. Prolongamento da vida útil dos equipamentos: as ações de manutenção preventiva evitam a substituição prematura de freezers, câmaras e geladeiras, reduzindo a geração de resíduos eletrônicos e metálicos;

4.4. Destinação ambientalmente adequada: as peças e componentes substituídos (compressores, gases refrigerantes, cabos, placas, entre outros) deverão ser encaminhados ao Almoxarifado Central da SES/TO para descarte ambientalmente correto, conforme normas internas e legislação ambiental vigente;

4.5. Reaproveitamento e reciclagem: sempre que tecnicamente viável e seguro, peças e materiais em boas condições poderão ser reaproveitados, reduzindo o impacto ambiental;

4.6. Observância das normas ambientais e sanitárias: os serviços deverão seguir as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da ANVISA e das normas da ABNT pertinentes à manutenção de sistemas de refrigeração. Essas medidas garantem que a contratação atenda aos princípios da sustentabilidade, eficiência e economicidade, reduzindo o impacto ambiental e promovendo o uso racional de recursos públicos.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. DO INÍCIO E PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

5.1.1. A data de início do serviço é IMEDIATA em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho;

46 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias (quinze) de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. DA NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

5.2.1. A Nota de Empenho será enviada ao fornecedor pela Diretoria de Compras/SES/TO, no endereço eletrônico: [empenhosesau.to@gmail.com];

5.2.2. A empresa deverá informar na proposta de preços o endereço eletrônico em que a SES/TO deverá enviar as notas de empenho das aquisições referentes a este serviço;

5.2.3. Fica sob responsabilidade de a Empresa informar à Diretoria de Compras -SES/TO por meio do e-mail supramencionado, qualquer alteração que venha ocorrer no endereço eletrônico informado, durante a vigência do Contrato.

5.3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS

5.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua realização, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Nota de Empenho/Contrato, para fins de posterior verificação de conformidade com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho/Contrato e demais documentos que integrem o processo. O recebimento definitivo será efetuado após a conferência da execução dos serviços, atestando-se o cumprimento integral das condições pactuadas;

5.3.2. A Nota Fiscal (NF) deverá conter, obrigatoriamente, a descrição detalhada dos serviços executados, incluindo data de realização e referência à ordem de serviço ou documento equivalente que comprove a execução.

5.3.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com as especificações constantes no Edital, Termo de Referência ou Contrato. Nesta hipótese, a Contratada deverá refazer os serviços, corrigindo as falhas apontadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após verificação da conformidade da execução com o objeto contratado, nos termos do art. 140, §1º, da Lei Nº 14.133/2021.

5.3.5. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser, excepcionalmente, prorrogado uma única vez e por igual período, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências adicionais para confirmação do atendimento das exigências contratuais.

5.3.6. Após o recebimento definitivo, e uma vez verificada a correta execução dos serviços, a SES/TO atestará a Nota Fiscal para fins de liquidação e pagamento.

5.3.7. Para contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da Nota Fiscal pela Administração.

5.3.8. Em caso de controvérsia quanto à execução dos serviços — seja quanto à qualidade, quantidade ou adequação técnica — será observado o disposto no art. 143 da Lei Nº 14.133/2021, devendo a Administração comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.

5.3.9. O prazo necessário para que a Contratada corrija inconsistências na execução dos serviços ou saneie irregularidades da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente não será computado para fins de recebimento definitivo.

5.3.10 O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada das responsabilidades civis pela solidez, segurança e qualidade dos serviços prestados, nem da responsabilidade ético-profissional pela execução perfeita do objeto, conforme previsto nos arts. 141 e 144 da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à Contratada para adequada execução dos serviços;

47 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 6.1.2. Disponibilizar o acesso ao local onde os serviços serão executados, indicando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização;
- 6.1.3. Acompanhar, fiscalizar e receber os serviços executados, mediante atesto do fiscal do contrato, nos termos dos arts. 140 a 144 da Lei Nº 14.133/2021.;
- 6.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Edital, Termo de Referência ou Contrato, determinando à Contratada a correção das falhas às suas expensas;
- 6.1.5. Comunicar à Contratada, até o 5º dia útil após apresentação da Nota Fiscal, sobre a aceitação ou necessidade de correções referentes aos serviços realizados;
- 6.1.6. Fiscalizar continuamente a execução do objeto, registrando ocorrências e aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- 6.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada dentro do prazo previsto no Edital, seus Anexos e no Contrato, após o atesto do fiscal;
- 6.1.8. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei Nº 14.133/2021);
- 6.1.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei Nº 14.133/2021).
- 6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**
- 6.2.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com troca de peças se necessário, conforme as disposições do Edital, Termo de Referência, Proposta e Contrato, observando as normas técnicas aplicáveis;
- 6.2.2. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente treinada e capacitada para a execução dos serviços, garantindo a segurança e qualidade da operação;
- 6.2.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços, incluindo correções, reparos e substituição de peças, quando necessário;
- 6.2.4. Fornecer, às próprias expensas, todas as ferramentas, materiais, instrumentos, peças de reposição e recursos necessários para a realização dos serviços;
- 6.2.5. A Contratada estará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei Nº 14.133/2021);
- 6.2.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (art. 120 da Lei Nº 14.133/2021);
- 6.2.7. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato (art. 121 da Lei Nº 14.133/2021);
- 6.2.8. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração Pública a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato (§1º do art. 121 da Lei Nº 14.133/2021);
- 6.2.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 6.2.9. Manter sigilo sobre todas as informações às quais tenha acesso em razão da execução contratual, não podendo repassá-las ou utilizá-las indevidamente;
- 6.2.11. Emitir Nota Fiscal detalhada, contendo a descrição dos serviços realizados, datas de execução, ordens de serviço correspondentes e demais informações pertinentes para fins de atesto e pagamento;
- 6.2.12. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no Edital do Pregão Eletrônico;
- 6.2.13. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto;
- 6.2.14. Executar o serviço obedecendo rigorosamente às condições do Edital e seus Anexos;

48 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 6.2.15. Executar o serviço obedecendo rigorosamente às condições do Contrato, se houver;
- 6.2.16. Executar o serviço obedecendo rigorosamente à legislação vigente inerente ao objeto;
- 6.2.17. Garantir a continuidade dos serviços, mesmo em caso de substituição de funcionários, sem prejuízo à execução contratual.
- 6.2.18. Atender prontamente às solicitações e notificações emitidas pela fiscalização do contrato;
- 6.2.19. Manter, durante toda a execução do Contrato, quando houver, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 6.2.20. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, IV e art. 92, XVII da Lei Nº 14.133/2021).

6.3. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

- 6.3.1. Nos casos de formalização do Contrato, a execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal (is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme Decreto Estadual Nº 6.606/2023, dos Artigos 26 aos 38 e no art. 117 da Lei Nº 14.133/2021;
- 6.3.2. O Fiscal Técnico acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme descrito nos art. 22 e 23 do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;
- 6.3.3. A fiscalização ocorrerá ainda, nos termos da Portaria Nº 494, de 31 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado Nº. 6.098, de 31 de maio de 2022, ou outra Portaria que venha a substituí-la na época da assinatura do Contrato, bem como na forma do Manual do Gestor de Contratos do Tribunal de Contas do Estado;
- 6.3.4. A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto serão por meio da Superintendência de Vigilância em Saúde e se dará em momento oportuno da formalização contratual, por meio de Portaria designando os servidores responsáveis;
- 6.3.5. O Fiscal será nomeado por meio de Portaria após assinatura do Contrato, cabendo a este exercer as seguintes atividades, conforme disposto no art. 5º da Portaria Nº. 494/2022/SES/GASEC, de 31 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado Nº. 6.098/2022;
- 6.3.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei Nº 14.133/2021, art. 120).

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Efetuada a entrega, a Contratada protocolará a Nota Fiscal/Fatura, perante a Contratante devidamente preenchida;
- 7.2. As faturas (Nota Fiscal) deverão ser emitidas pela Contratada, em nome da Contratante (Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, CNPJ 25.053.117/0001-64);
- 7.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção;
- 7.4. A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação, contados da sua protocolização, e será paga, diretamente na conta corrente da Contratada;
- 7.5. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no parágrafo anterior, passará a ser contado a partir da data da sua representação;
- 7.6. Os pagamentos não serão efetuados por meio de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

- 8.1. O contrato para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos terá vigência inicial de 12 (doze) meses. Nos termos do art. 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que haja previsão no edital e manifestação da autoridade competente quanto à vantajosidade das condições ofertadas, respeitada a vigência máxima decenal. Tal possibilidade visa assegurar a continuidade dos serviços e garantir o pleno funcionamento

49 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

dos equipamentos, evitando interrupções que possam comprometer a atividade administrativa e a conservação dos imunobiológicos;

8.2. A contagem da vigência contratual será a partir da data da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021 o licitante ou o Contratado que:

- 9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- 9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. Dar causa à inexecução total do Contrato;
- 9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8. Apresentar declaração ou documento exigido falso para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- 9.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 9.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.11. Praticar ato lesivo no art. 5º da Lei Nº 11.846, de 1º de agosto de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS

- 10.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, infração subitem 9.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.2. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;
- 10.3. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5 e 9.1.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;
- 10.4. Para as infrações previstas nos itens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.11 e 9.1.12, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;
- 10.5. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que ver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Termo de Referência, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justificarem a imposição da penalidade mais grave.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS

- 11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

50 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

11.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

11.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021;

12.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal Nº 14.133/2021, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas compras;

12.3. É admissível a continuidade do Contrato Administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato;
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração Pública à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Nos termos do art.131 da Lei Nº 14.133/2021, os pedidos de alterações contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato deverão ser formalizados na vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação;

13.2. A Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período sob justa motivação, para decidir os pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, depois de concluída a instrução dos referidos pedidos em processo administrativo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis, por um (01) ano contado da data do orçamento estimado;

14.2. Após esse período os valores serão reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional de Preço ao Consumidor do Mercado (IPCA);

14.3. Os reajustes serão precedidos de solicitação pela Contratada;

14.4. O Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

15.1. Conforme art. 151 da Lei Nº 14.133/2021, nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

16.1. A Contratada se compromete a observar todas as normas legais vigentes no país, incluindo, mas não se limitando, à Lei Anticorrupção (Lei Nº 11.846/2013) e à Lei contra a Lavagem de Dinheiro (Lei Nº 9.613/1998);

16.2. A Contratada declara que não está envolvida, direta ou indiretamente, em qualquer atividade que caracterize infração administrativa nos termos da legislação anticorrupção;

16.3. A Contratada se compromete a não oferecer, prometer, dar ou autorizar o pagamento de qualquer valor ou vantagem a agentes públicos ou terceiros com o objetivo de obter benefícios indevidos;

16.4. A Contratada concorda em submeter-se a auditorias e fornecer todas as informações necessárias para verificar o cumprimento das normas anticorrupção;

51 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

- 16.5. A Contratada se compromete a promover treinamentos e campanhas de conscientização sobre a importância da integridade e da ética nos negócios;
- 16.6. A Contratada se obriga a notificar a Contratante, imediatamente, por escrito, sobre qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem como em casos de práticas de suborno ou corrupção;
- 16.7. O descumprimento das normas legais anticorrupção e do disposto nesta cláusula será considerado uma infração grave, podendo resultar na rescisão do Contrato pela Contratante, sem qualquer ônus ou penalidade, além de responsabilizar a Contratada por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ação/PPA/Orçamento: 4534- Coordenação das ações e serviços de Vigilância em Saúde
Classificação Orçamentária: 30.550.10.305.1165.4534
Programa PPA: 1165 – TO Cuidando da Saúde
Natureza de despesa: 33.90.39
Fonte de Recurso: 600.0000.251.2369

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

18.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Nº 12.709, de 14 de agosto de 2018).

PARÁGRAFO ÚNICO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 12.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

18.2. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Contratante, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

18.3. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do Contrato ou a Contratante está exposta.

PARÁGRAFO ÚNICO: A critério da Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais;

18.4. A Contratada deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada deverá permitir a realização de auditorias da Contratante e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada deverá apresentar a Contratante, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na

52 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;

18.5. A Contratada se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição a Contratante, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato;

18.6. A Contratada não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual. PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pela Contratada a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual;

18.7. A Contratada deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste Contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

18.8. A Contratada deverá comunicar formalmente e de imediato a Contratante a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

PARÁGRAFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá a Contratada das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados;

18.9. Encerrada a vigência do Contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a Contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Contratante e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a Contratada tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal;

18.10. A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Contratante para as finalidades pretendidas neste Contrato;

18.11. A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTROLE

20.1. O presente contrato será submetido à fiscalização da entidade de controle externo competente, de conformidade com a fonte de recursos que subvencionam a presente aquisição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

53 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

22.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos regulam-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Estadual nº. 6.606/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO

23.1. O fiscal do contrato bem como o seu respectivo suplente, referente ao presente contrato, serão indicados pelo gestor da pasta através de portaria assinada e publicada no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

24.1. Este Contrato está vinculado às condições do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/202X e seus anexos e à proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

25.1. Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

25.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haver entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Palmas, capital do estado, aos de de 2026.

.....
PELO CONTRATANTE

.....
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

54 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

MODELO 1

Proposta de Preços

[Papel timbrado da empresa]

PROPOSTA DE PREÇOS

A Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins,

Assunto: Pregão Eletrônico nº. ____/2026 – Processo Administrativo ____/2025.

Senhor Pregoeiro, segue abaixo nossa proposta de preços devidamente realinhada conforme fase de lances, do Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme segue:

Item	Und.	Descrição	Qtd.	Vlr. Unitário	Vlr. Total
		Produto: Nome comercial: Fabricante: Quantidade por embalagem: Validade do produto: Número do registro do produto na ANVISA/MS:			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS					

DADOS GERAIS

Endereço completo:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

CNPJ:

Prazo de entrega:

Prazo de pagamento:

Declaro que aceito todas as condições do Edital.

Local / data

Atenciosamente,

Nome completo e assinatura do responsável

Notas:

- Poderá ser adotado outro modelo deste que contenha todas as informações acima;
- Caso o produto seja isento, no campo "Nº. do Registro na ANVISA", deve ser informado a norma que isenta de Registro;
- Estando o registro vencido, apresentará a cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação, conforme parágrafo 6º do artigo 14, do Decreto Federal nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977, acompanhada de cópia da publicação do registro vencido.

55 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

MODELO 2

Declaração Unificada

Ref.: Pregão Eletrônico Nº _____/2026.

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da lei, que:

1 - (Declaração de ciência do Edital e seus anexos)

Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2 - (Comprovação do atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal)

Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

***Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ();

(***Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

3 - (Comprovação de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado)

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4 - (Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação)

Na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 14.133/2021, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5 - (Atendimento ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)

Não existe em meu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

6 - (Atendimento ao art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021)

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local, data e assinatura

56 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487





PROCESSO: 2025/30550/008618 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

MODELO 3

Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Ref.: Pregão Eletrônico Nº _____/2026.

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte () **sociedade cooperativa (cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021)**, sem nenhuma restrição de ordem legal, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Local, data e assinatura

57 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 30/04/2026 11:45:08.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 50FB2957025B62A1 | SGD:2026/30559/131487

